



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2019 - Nº 19/2019 - MANDATO 2017 – 2021

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 17/2019 - Reunião realizada no dia 20/09/2019

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 18/2019 - Reunião realizada no dia 03/10/2019

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 03 – Pedido de Licenciamento de Atletismo – II Grande Trail de Alpiarça – Clube Desportivo “Os Águias”. Solicita isenção de taxas.



Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 04 – Proposta – Designação do Encarregado de Proteção de Dados (EPD).

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:

Ponto 05 – Proposta -Aprovação do Projeto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 06 – Proposta – Projeto de “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Alpiarça”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 07 – “Águas do Ribatejo” - Proposta de Tarifário para 2020 – Orçamento, Plano Plurianual de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos para 2020 – Relatório de Gestão e Contas do 1º Semestre de 2019.

Município de Alpiarça/“Águas do Ribatejo”

Para Deliberação:

Ponto 08 – “Águas do Ribatejo” - Relatório de Gestão e Contas do 1º Semestre de 2019.

Município de Alpiarça/“Águas do Ribatejo”

Para Conhecimento:

Ponto 09 – Proposta de Apoio Financeiro à Associação APOIAR, destinado à reconstrução das



hortas destruídas pelo ciclone IDAI, em Moçambique.

Município de Alpiarça/CIMLT

Para Deliberação:

Ponto 10 – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00 h do dia 19/10/2019 e termo às 02,00 h do dia 20/10/2019, para realização do evento “Festa dos 40”, a realizar na Reserva Natural do Cavalo Sorraia, em Alpiarça.

Requerente: Luís Miguel Gomes Sá Pereira

Para Ratificação:

Ponto 11 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 31/10/2019 e termo às 04,00 h do dia 01/11/2019, para realização do evento “Noite de Halloween”, a realizar na Discoteca “Lago Azul”, na Rua Fernão de Magalhães, N.º 18, em Alpiarça.

Requerente: Rui Pedro Paninho

Para Deliberação:

Ponto 12 – Alteração ao Loteamento N.º 5/1998 – Revogação da deliberação relativa ao pagamento de compensação.

Município de Alpiarça/Impact Reports, S. A.

Para Deliberação:

ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e quatro de Outubro de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 563.479,96 Euros (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove euros e noventa e seis cêntimos).



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Presidente da Câmara

Começou por se referir à reabertura da estação dos correios em Alpiarça, resultante da alteração de estratégia dos CTT no que respeita à existência de estações geridas diretamente pela empresa em todo o território nacional. Informou que o processo está a decorrer e que à partida a reabertura estaria prevista para dois mil e vinte mas, mais recentemente, a autarquia foi contactada pela administração para dar nota da intenção de reabrir a estação de Alpiarça ainda durante o ano de dois mil e dezanove. Realçou que a estação do concelho de Alpiarça será a segunda a reabrir, considerando as que foram encerradas durante o período de dois mil e dezoito, depois da estação do concelho de Vila Flor. Afirmou que já estão a ser analisadas as questões mais práticas com os CTT, situação já comunicada à imprensa, que deram relevo à notícia da reabertura da estação dos correios em Alpiarça. Recordou que esta foi uma reivindicação justa das populações e das autarquias atingidas por esta retirada de serviços. Lembrou ainda que o que foi transmitido é que irão reabrir mais estações em dois mil e vinte, de forma a que todos os concelhos tenham pelo menos um estação gerida diretamente pelos CTT, a funcionar. Relativamente à questão dos balneários do Estádio Municipal disse que foram já demolidos o edifício e os balneários velhos que tinham várias décadas, de maneira a se poder arrancar com a maior brevidade possível, com a construção dos novos balneários, tendo-se estabelecido o primeiro semestre de dois mil e vinte como período no qual se pretendem fazer as obras. Reiterou que o projeto está pronto há cerca de dois anos, para o qual foi contratado um serviço de arquitetura e de especialidades, tendo-se procurado candidatar aquele equipamento a qualquer financiamento, o que não foi possível. Deu conhecimento que no atual quadro comunitário de apoio, no Portugal 2020 não há elegibilidade para equipamentos desportivos desta natureza e de apoio à atividade desportiva formal, pelo que o Município terá de suportar totalmente os encargos financeiros da obra. Abordou de seguida o tema dos Bombeiros Municipais que, por força da recente legislação, faz a passagem dos Bombeiros Municipais a Sapadores. Trata-se do decreto-lei oitenta e seis barra dois mil e dezanove que foi aprovado no início do verão e que tem motivado algumas dúvidas, sobretudo no faseamento da sua aplicação. Disse que esta questão tem sido discutida em encontros entre municípios detentores de corpos de bombeiros, para se encontrar algum consenso relativamente à



aplicação do diploma, tendo em conta que o mesmo vai onerar bastante as finanças dos municípios detentores de corpos de bombeiros municipais. Salientou que são vinte e seis Municípios que têm corpos de Bombeiros Municipais, sendo que seis são sapadores e por isso não serão objeto de alterações na sua estrutura remuneratória, restando assim vinte corpos de Bombeiros Municipais que têm este problema. Realçou no entanto que é perfeitamente justo que os bombeiros venham a ter uma condição salarial melhor e que a estas atualizações necessárias, os municípios não têm nada a opor, antes pelo contrário, são os primeiros a considerar que as tabelas devem ser atualizadas em benefício dos trabalhadores. Acrescentou ainda que a acontecer esta situação é necessário também alterar o quadro de financiamento e aproximar o nível de financiamento das autarquias locais àquilo que se passa noutros países da Europa, em que a participação do Poder Local na capacidade que o estado tem de arrecadar impostos, da receita do estado, é muito superior. Lembrou que o governo, no início da legislatura anterior, assumiu um aumento progressivo da participação dos municípios nos impostos do estado como um desígnio, que acabou por não cumprir, esperando que o faça no início da presente legislatura. Mencionou que neste caso concreto dos Bombeiros, os Municípios que têm Bombeiros Municipais, já são altamente penalizados e discriminados em relação aos que não têm e, desta forma, essa discriminação irá acentuar-se. Afirmou que o que os vinte e seis municípios exigem é que o princípio da igualdade se aplique e seja efetivamente uma realidade e o financiamento às estruturas de Proteção Civil do país seja feita em condições de igualdade, dizendo ainda que esta reivindicação não é nova. Concluiu que esta atualização vai ser feita, em Alpiarça e nos outro vinte Municípios abrangidos por esta legislação, de forma faseada considerando que é permitida uma atualização até dois mil e vinte e cinco, de quinze por cento ao ano, tendo já sido feita a alteração ao mapa de pessoal para permitir a abertura dos concursos. Recordou que os Bombeiros de Alpiarça têm um peso no orçamento municipal de perto de meio milhão de euros por ano e há realidades de municípios que, com subsídios atribuídos às associações de bombeiros na ordem dos cem ou duzentos mil euros, acabam por resolver o problema com a proteção civil, considerando que estas são financiadas pelo estado em condições vantajosas.

Vereadora Sónia Sanfona

Cumprimentou os presentes e começou por se referir à questão relacionada com a abertura dos



CTT. Disse que viu nas notícias a informação que a estação de Alpiarça reabria até ao final do ano, embora em local diferente do seu anterior funcionamento e que uma das informações prestadas na ultima reunião em que colocou esta questão, havia a preocupação por parte do município em relação à sua localização, colocando-se a hipótese de dois locais para a eventualidade da primeira opção (local onde funcionavam) não se confirmar. Perguntou qual é a proposta da Administração dos CTT para a localização da instalação da estação e se está previsto que alguns serviços continuem a ser prestados na Papelaria (loja dos CTT) ou se todos os serviços que eram aqui prestados passam para a estação dos correios. Sobre os balneários do Estádio Municipal e depois da demolição do edificado, entendeu que haveria condições para dar início à obra. Disse que colocou várias vezes a questão dos balneários, designadamente sobre os timings da obra e que lhe foi sempre respondido que se estava a tentar o mais brevemente possível e a tratar da documentação necessária. Mencionou que o Presidente referiu que não há, nas linhas de financiamento hoje disponíveis para os municípios, nenhum programa onde se possa inserir uma candidatura deste tipo mas, a Vereadora acrescentou que já houve, por exemplo, em dois mil e catorze.

O Presidente disse que no tempo em que o PS esteve na Câmara havia mas não fizeram.

A Vereadora continuou, dando nota que fizeram, lembrando que houve financiamento para o campo de futebol do Casalinho, com uma estrutura amovível e para a colocação de relva no Estádio Municipal. Voltando aos balneários reiterou que em dois mil e catorze houve financiamento para este tipo de investimentos.

O Presidente lembrou que em dois mil e catorze não havia programa operacional e que o QREN é de dois mil e sete a dois mil e treze e o atual quadro comunitário é de dois mil e catorze a dois mil e vinte, recordando que em dois mil e catorze ainda não estava operacionalizável.

A Vereadora reiterou que em dois mil e catorze havia financiamento para estruturas desportivas, através do Programa Operacional Regional, prometendo fazer chegar essa informação.

O Presidente lembrou que, no QREN, a capacidade de compromisso da autarquia com o quadro comunitário estava completamente esgotada pela contratualização e limitada pela capacidade de endividamento da Câmara.

A Vereadora continua a dizer que havia financiamento, mas que as opções da Câmara nessa altura foram outras.



O Presidente reafirmou que não havia para equipamentos formais, para desporto formal, mas sim para estruturas informais de desporto, onde se incluía o campo do Casalinho, que a Câmara candidatou por essa altura.

A Vereadora continuou perguntando pelos custos da construção dos balneários.

O Presidente voltou a falar para questionar se o QREN existia desde dois mil e sete e na própria contratualização foi negociado antes de dois mil e sete com o executivo do PS, se os balneários eram uma prioridade, porque não fez parte das prioridades do executivo do PS?

A Vereadora respondeu que isso teria de perguntar ao executivo do PS dessa altura. Continuou reiterando que pretende saber o custo da obra e quanto já foi pago pelos módulos que servem de balneários, desde o momento em que foram alugados. Em relação aos Bombeiros disse que partilha das preocupações do Presidente no que diz respeito ao incremento de custos e de responsabilidades que impendem sobre as autarquias, neste caso concreto. Perguntou se será suposto que todo o pessoal afeto aos bombeiros, que não tenha a carreira de bombeiro, ou seja, pessoal civil, passe também para a carreira de Bombeiro Sapador e perguntou também se a autarquia, em conjunto com os Bombeiros ou outras entidades, colocou alguma vez em cima da mesa a possibilidade de se desenvolverem esforços no sentido da criação de uma Associação Humanitária de Bombeiros e se não se colocou esta hipótese, porque razão não se colocou. Relativamente ao Mercado Municipal a Vereadora referiu um texto das redes sociais de um empresário que tem uma loja no mercado, que dava conta que o prazo para as obras estava ultrapassado. Perguntou se este facto corresponde ou não à realidade e se houve algum constrangimento nas obras. Colocou uma outra questão que tem a ver com a reabilitação de uma casa na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, pretendendo saber se é habitada, qual foi o valor da recuperação do imóvel e se é habitada quais foram os critérios de atribuição da casa. Colocou uma outra questão sobre o Conselho Municipal de Juventude, salientando que neste mandato foi um dos pontos que abordou nas primeiras reuniões, tendo até feito algumas propostas no sentido de agilizar a sua formação. Considera que esta é uma questão sempre atual e que foi abordada na última reunião da Assembleia Municipal. Pediu ao Presidente que voltasse a refletir sobre esta situação e que colocasse em cima da mesa a possibilidade, mesmo que de uma forma mais informal do que a lei prevê, a constituição de um Conselho Municipal de Juventude, independentemente do pendor partidário. Entende que este seria até um elemento de ajuda para



o Município, dado que as sugestões que dali advenham não são vinculativas e há um conjunto de reflexões que podem ser feitas ao nível dos mais jovens. Deixou um alerta para a política de cobrança de taxas da Caixa Geral de Depósitos, da qual se confessou crítica e que tem estado a ter um impacto negativo na vida das pessoas, achando que esta situação se vai tornando cada vez mais insustentável. Tratando-se de um Banco público, o que na sua perspectiva não pode ser colocado de parte, entende que estas últimas medidas relativamente às taxas de manutenção são altamente penalizadoras, sobretudo para os depositantes com menos dinheiro, temendo que esta situação leve as pessoas a fechar contas que têm na CGD e a abrir noutras dependências bancárias, pondo em causa a situação da própria CGD. Perguntou se já entrou na Câmara o projeto para construção da loja em frente aos Bombeiros, se está aprovado e se já foram emitidas as licenças. Recordou que falou há algumas reuniões atrás sobre os imóveis dos legados que o Município administra em Lisboa, tendo sido respondido na altura que muitos deles estariam degradados, estando todos os que têm condições para tal arrendados com rendas antigas. Registou que chegou ao seu conhecimento que há alguns arrendamentos com contratos recentes e pretende saber a que preços foram feitos estes arrendamentos, quantos apartamentos foram arrendados recentemente e com que critérios é que foram atribuídos.

Vereador António Moreira

Cumprimentou os presentes e começou por perguntar quando irá começar a limpeza da Vala de Alpiarça, considerando que no Festival do Melão foi anunciado que havia uma candidatura para este efeito. Falou de seguida numa casa abandonada na Rua Comandante Fontoura da Costa, tendo conhecimento que há uma munícipe que se sente prejudicada pelo facto de essa casa estar cheia de lixo e silvas e perguntou pelo ponto de situação, acrescentando que esta questão já foi referida em reunião de Câmara. Questionou pela situação de Vale de Tejeiros, que se arrasta há anos, pretendendo saber em que situação se encontra, lembrando que há uma decisão do tribunal para a resolução do problema. Pediu as contas da Alpiagra/2019, assim que estiverem prontas. Registou com agrado a reabertura dos Correios em Alpiarça, dizendo que felizmente o Governo fez força para que essa situação fosse resolvida. Realçou que, mesmo ao nível da distribuição do correio, a situação tem vindo a melhorar. Registou ainda com agrado a questão dos balneários do Campo de futebol, referindo que por vezes os atletas iam para casa tomar banho, o que não compreendia. Mencionou ainda a questão dos bombeiros, situação que também o preocupa, achando que a passagem dos bombeiros para sapadores vai trazer problemas para o Município, não só na questão



monetária mas também outros problemas graves para o município e para o corpo de Bombeiros, sendo da opinião que pode gerar algum conflito interno devido às categorias. Deu nota que no Casalinho há uma empresa de criação de cavalos, os Lusitanos da Atela, que tinha um contentor de lixo à entrada da quinta e que desapareceu, procurando a empresa outros contentores. Disse que o lixo é mais à base de cartão e sugeriu que o município faça a recolha desse mesmo cartão. Referiu-se à instalação de lâmpadas Led no concelho, perguntou se o processo tem sido acompanhado pelo município e que tipo de luminárias foram contratualizadas com a empresa, considerando que há locais onde se vê bem e outros onde se vê mal.

O Presidente disse que há zonas onde os Leds foram substituídos pela EDP e que são mais fracos. Referiu ainda que todos os atletas têm a possibilidade de utilizar os balneários existentes e tomar banho após os treinos e jogos.

O Vereador sugeriu que a Câmara verificasse se está a ser cumprido o que foi combinado entre o município e a empresa que está a fazer a substituição das lâmpadas.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Fez a leitura dos serviços efetuados pela Câmara desde a ultima reunião, com destaque para o apoio logístico ao II Trail de Alpiarça, a uma prova de hipismo na Reserva do Cavallo Sorraia e a uma iniciativa da CRIAL na Barragem dos Patudos, bem como à pintura de passadeiras e melhoramentos no espaço do Ripidurable. Respondeu a uma questão colocada na reunião anterior referente à obra do cruzamento da Rua Manuel Nunes Ferreira com a Rua Joaquim Nunes Ferreira, clarificando como se desenrolou o processo e informando que o que competia à Câmara seguiu os trâmites legais. Sobre um cabo que está no cruzamento da Rua Comandante Fontoura da Costa com a Rua Joaquim Nunes Ferreira, informou que a Câmara tem vindo a contactar várias vezes a empresa, desde Novembro de dois mil e dezoito, sendo que a ultima foi durante a presente semana e a resposta foi que a situação foi reencaminhada para a área técnica para proceder a uma reanálise desta situação.

Vereador António Moreira

Pediu a palavra apenas para registar com agrado a realização do II Trail de Alpiarça, realçando a forma como foi organizada.

Presidente da Câmara

Respondeu às questões que foram colocadas. Começou por se referir à questão dos CTT, informando que o local ainda não está definido mas tudo aponta para o local onde funciona atualmente o GAMT, na Praça José Pinhão, um dos locais que foram sugeridos e que os Correios consideraram como sendo razoável, que



correspondiam à intenção desejada. Confirmou que a empresa já veio verificar os locais apontados e estão em fase de tomada de decisão. Disse que, seja no edifício dos Paços do Município ou no GAMT, para a Câmara não será muito relevante em termos de serviços e a resposta poderá ser adaptada a qualquer dos locais.

A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para falar na possibilidade de os Correios se instalarem no Mercado Municipal, reconhecendo no entanto que neste momento isso poderia atrasar o processo.

O Presidente disse que essa questão já tinha sido colocada, embora não concorde com a ideia de concentrar todos os serviços porque isso cria outros problemas mas, no caso dos Correios, tendo em conta que se trata de uma situação extraordinária e considerando que os CTT tinham um local de onde não tinham que sair, essa hipótese chegou a ser considerada, sendo algo que a colocar-se neste momento atrasaria o processo. Admitiu no entanto que esta é uma situação que se pode vir a colocar no futuro. Em relação à questão da Papelaria, deu nota que no último contacto com a administração essa abordagem não foi feita mas, numa reunião anterior a situação foi colocada, até como preocupação com a entidade particular e a proprietária da Papelaria, situação que embora transcenda a competência da Câmara, mas sendo uma atividade económica do concelho, preocupa o Município. Contudo acha que não irá haver qualquer serviço dos Correios na Papelaria, mas reitera que a questão foi colocada, sobre a forma de salvaguardar os interesses do particular. Relativamente aos Bombeiros disse que os assistentes operacionais e os assistentes técnicos que estão em condições de transitar através de concurso para a carreira de Sapador, são todos os que já estão na estrutura dos bombeiros, havendo algumas situações em que não são bombeiros, mas sim administrativos, que não poderão concorrer ao concurso. Sobre a eventual passagem dos Bombeiros Municipais de Alpiarça para uma associação humanitária, transmitiu que essa questão nunca foi colocada. Disse ter conhecimento que esta situação aconteceu em Abrantes e no Gavião, conhecendo melhor a situação de Abrantes, onde o município assegura o mesmo nível de financiamento que assegurava quando os bombeiros eram municipais. Salientou ainda que perante a incidência da alteração legislativa, os Bombeiros profissionais das associações voluntárias irão ficar numa situação de desvantagem em termos salariais e de carreira, relativamente aos Sapadores. Quanto ao Conselho Municipal de Juventude referiu que não ia acrescentar mais nada, tendo em conta que é uma questão que já foi discutida. Mencionou que não tem nada contra mas considerou que as comissões municipais, os conselhos municipais têm uma carga de grande rigidez em termos de funcionamento e pouca criação de novos dados e de discussão e torna toda a intervenção muito institucional, muito rígida, muito legalista, muito regulamentarizada, não atingindo os objetivos para os quais foram criados. Sugeriu no entanto que o Vereador João Pedro Arraiolos abordasse esta questão junto dos serviços, para a eventual constituição de um conselho deste tipo, de acordo com a legislação. Sobre a CGD, disse estar de acordo com a Vereadora Sónia Sanfona, referindo que esta não é



uma questão que se reporte apenas ao concelho de Alpiarça, achando que é um risco que o banco publico corre, para além de não cumprir a sua função de serviço publico a que está obrigado e que pode criar um elemento que funcione contra, em termos de competitividade. Acrescentou que nos municípios mais pequenos há sempre a ameaça tácita sobre o eventual encerramento de serviços. Neste caso, ao contrário do aconteceu nos Correios, o próprio Presidente da Republica e o Primeiro Ministro já disseram que devia haver um balcão da CGD em todos os concelhos do país. Observou ainda que, por se tratar de um banco publico, há uma margem de intervenção do Governo que normalmente não é usada e trata-se de um Governo do PS. Acrescentou ainda que o PCP já teve oportunidade de tomar uma posição clara contra essa política de taxas da CGD. Em relação à loja do Continente junto aos Bombeiros esclareceu que o processo deu entrada e está a ser o mais claro possível, com acompanhamento dos serviços, havendo uma grande pressão para que a obra avance e a Câmara tem procurado, dentro das suas obrigações, dar o seu contributo para que tudo corra bem, até por razões de interesse publico. Sublinhou que eventuais desconformidades estão a ser acompanhadas pelos serviços e assim que haja o pagamento das taxas, haverá condições para proceder no sentido de licenciar o projeto. Sobre o Vale de Tejeiros, reiterou que existe um compromisso e que se vai verificar se se consegue até ao final do ano fazer uma parte do que falta, considerando que será necessário construir um aqueduto na valinha, o que não será possível concretizar no presente ano. Relativamente aos CTT entende que o Governo tomou poucas medidas para resolver a situação. Deu conhecimento que os CTT fecharam centenas de estações desde há vários anos, com Governos do PS e do PSD/CDS e das que fecharam recentemente, tal não aconteceu só em sedes de concelho. Sublinhou que se o Governo quisesse tomar uma medida que fosse consequente, ela seria conhecida de todos, que seria fazer reverter para a esfera publica os CTT, com todos os serviço associados. Destacou em todo este processo o papel fundamental do Presidente da ANACOM, das populações e das autarquias locais, bem como de forças políticas na Assembleia da Republica. No que diz respeito às luminárias Led, transmitiu que esse processo tem sido acompanhado através do Técnico Municipal, reconhecendo que de noite é mais fácil o acompanhamento, o que tem sido feito e quando se verificam algumas situações anómalas são de imediato reportadas à empresa e resolvidas. Confirmou que o serviço está a ser feito conforme o que foi contratado. Esclareceu que a EDP, ainda antes de se iniciar este processo, andou a substituir luminárias nalguns locais, tendo-o feito também em Alpiarça, referindo algumas ruas onde isso foi feito, embora com lâmpadas mais fracas, estando-se a avaliar esta situação.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Relativamente às obras do Mercado Municipal esclareceu que o prazo para conclusão das obras é até ao final do ano.



A Engenheira Carla Cunha confirmou esta informação dizendo que a estrutura metálica está concluída e que após a remoção das telhas de amianto, vai agora iniciar-se a cobertura nos espaços exteriores e depois na sua totalidade, avançando-se depois com frentes de trabalho no interior do Mercado.

O Vereador continuou referindo-se à casa da Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, deu nota que fará chegar na próxima reunião os custos das obras e os critérios de atribuição do arrendamento da casa. Fará também chegar os custos da Alpiagra. Quanto à limpeza da Vala de Alpiarça disse que o processo iniciou-se logo a seguir ao Festival do Melão e que o prazo para entrega das propostas já terminou, dando-se agora início à fase final do processo, com a abertura das propostas e, finalizado todo o processo dar-se-à início à obra. Em relação à casa da Rua Comandante Fontoura da Costa, disse que ainda recentemente a munícipe em causa foi posta ao corrente da situação e que entretanto foi possível contactar o proprietário dessa casa, tendo-lhe sido dado um prazo para efetuar a limpeza, prazo que está ainda a decorrer. Relativamente ao contentor do lixo no Casalinho mencionou não ter conhecimento de ter estado algum junto ao portão da quinta dos “Lusitanos da Atela”, mas vai verificar a situação.

Vereador João Pedro Arraiolos

Cumprimentou os presentes e disse que o custo dos contentores já foi fornecido, mas pode ser dado o valor atualizado. Quanto ao custo da obra dos balneários, este tem um valor estimado na ordem dos oitenta mil euros, sendo que se irá tentar fazer uma boa parte da obra por administração direta, estimando-se que o valor possa ser inferior ao apresentado. Em relação ao imóvel dos legados, confirmou que houve uma fração que foi arrendada há cerca de quatro anos, que era a única que tinha sido intervencionada. Trata-se de um apartamento no rés do chão que estava em condições de ser arrendado.

A Vereadora Sónia Sanfona pediu informações sobre todos os apartamentos dos prédios dos legados que foram arrendados recentemente e quais os critérios para atribuição.

O vereador João Pedro Arraiolos deu conhecimento que houve novos arrendamentos a proprietários que se propuseram a arrendar os apartamentos, estipulando a Câmara os valores dos mesmos.

A Vereadora Sónia Sanfona questionou como é que a Câmara faz arrendamentos sem dar a possibilidade a outros eventuais arrendatários de oferecerem um proposta superior à estipulada.

O Presidente da Câmara clarificou que o que se faz é seguir o procedimento que já era feito, de acordo com as solicitações e o interesse do mercado, dando nota que a única hipótese de não ser assim seria fazer uma hasta publica para os arrendamentos, o que nunca foi feito pela Câmara de Alpiarça.

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:



PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 17/2019 - Reunião realizada no dia 20/09/2019

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

A Vereadora Sónia Sanfona colocou uma duvida se houve ou não alguma intervenção da Vereadora Alzira Agostinho no Período Antes da Ordem do Dia, duvida essa esclarecida pelos Vereadores João Pedro Arraiolos e Carlos Jorge Pereira, que acham que não houve efetivamente nenhuma intervenção da Vereadora, mas que pode ser verificado através da gravação.

O Presidente fez as seguintes propostas de alteração: na página 5, penúltima linha, onde se lê “...Económica e mais valorizador dos resultados.”, deve ler-se “...económica e maior valorização dos resultados.”; na página seis, linha três, onde se lê “...possa seguir uma carreira universitária.”, deve ler-se “... possa seguir estudos universitários.”.

Com as alterações propostas o Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 18/2019 - Reunião realizada no dia 03/10/2019

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Presidente propôs a seguinte sugestão: na página quatro, linha oito do terceiro parágrafo, onde se lê “...em cada circunstância e de acordo com a competência do Município em determinados assuntos.”, deve ler-se “...em cada circunstância, mas sim de acordo com a competência do Município.”.

Com esta sugestão, o Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.

Ponto 03 – Pedido de Licenciamento de Atletismo – II Grande Trail de Alpiarça – Clube Desportivo



“Os Águias”. Solicita isenção de taxas.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

O Presidente disse que a realização do II Trail trouxe este ano ainda maior participação e foi um importante momento de divulgação do concelho de Alpiarça, de convívio, de prática desportiva, com todas as condições para se afirmar cada vez mais. Valorizou o trabalho voluntário da secção de Trail do C. D. “Os Águias”.

O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo o mesmo sido ratificado por unanimidade.

Ponto 04 – Proposta – Designação do Encarregado de Proteção de Dados (EPD).

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:

O Vereador João Pedro Arraiolos clarificou os fundamentos da presente proposta.

Não havendo intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 05 – Proposta -Aprovação do Projeto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Remeter à Assembleia Municipal:

O Presidente esclareceu que se trata de uma proposta que surge por via das obras realizadas no espaço público por várias entidades, contendo um conjunto de exposições, sendo que aquilo que motiva mais esta alteração ao regulamento existente é a necessidade de repor uma área superior, que se sobreponha ao corte que é feito na via pública, seja em arruamentos, seja em passeios. Acrescentou que esta questão tem sido levantada um pouco por todo lado, o que veio dar densidade a estas situações. Disse ainda que esta proposta, a ser aprovada, será para remeter à apreciação da Assembleia Municipal.



O Vereador António Moreira disse que leu atentamente a proposta. Referiu que muitas vezes tem falado em questões de obras que não ficam bem e que passados quatro ou cinco meses voltam a estar mal. Verificou que esta proposta já prevê um prazo de dois anos de responsabilidade das empresas que realizam as obras. Mencionou que a proposta não refere que, quando há uma obra em locais sensíveis, esta seja feita com a maior brevidade e com o mínimo tempo de paragem possível, o que requer também um maior cuidado da Câmara. Deu o exemplo de obras que estão a decorrer junto à Escola Secundária.

Sobre esta Obra a Engenheira Carla Cunha prestou alguns esclarecimentos, dizendo que se trata do enterramento de cabos elétricos, mas que a obra esteve parada porque faltava um plano de sinalização, já autorizado e os trabalhos já foram retomados.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se havia algum regulamento anterior a este.

A Engenheira Carla Cunha confirmou que não havia, recorrendo-se à legislação geral.

O Presidente deu nota de reuniões que fez com duas empresas, a Tagusgás e a EDP, para esclarecer algumas questões relativamente a estas matérias.

Feita a discussão da proposta, o Presidente colocou a mesma à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Deliberado remeter à Assembleia Municipal, para posterior discussão pública.

Ponto 06 – Proposta – Projeto de “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Alpiarça”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Remeter à Assembleia Municipal:

O Presidente propôs a retirada deste ponto, uma vez que a proposta terá de ser discutida e votada em primeiro lugar no próprio Conselho Municipal de Segurança.

O Ponto foi retirado.

Ponto 07 – “Águas do Ribatejo” - Proposta de Tarifário para 2020 – Orçamento, Plano Plurianual de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos para 2020.

Município de Alpiarça/“Águas do Ribatejo”

Para Deliberação:



O Presidente transmitiu que a Comissão de Parceria reuniu no dia catorze de Outubro, que é a entidade que tem a função de discutir e aprovar a evolução tarifária das “Águas do Ribatejo”, tendo reunido também a Assembleia Geral para aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e vinte. Esclareceu que normalmente os documentos deviam ser apreciados primeiro em reunião de Câmara mas, não tendo sido possível, vem agora para ratificar a posição do Presidente da Câmara, o que acontece em todas as outras autarquias. Salientou que a proposta de tarifário aponta para um não aumento do preço da água para o ano de dois mil e vinte e prestou mais alguns esclarecimentos sobre esta questão, mencionando também que para o saneamento é proposto um aumento de seis por cento (cinco por cento reais mais um por cento de inflação), valor inferior aos oito e meio por cento que estavam inicialmente previstos. Sublinhou que os aumentos do saneamento são pouco significativos e que se mantém o tarifário social nos mesmos termos, bem como o tarifário familiar. Referiu-se ainda ao orçamento e ao plano plurianual de atividades, prestando alguns esclarecimentos. Deu nota também que as obras da ETA de Alpiarça estão quase prontas, já estão na fase de testes e brevemente serão inauguradas publicamente.

O Vereador António Moreira colocou uma questão relacionada com locais que ainda não têm saneamento nem água canalizada e perguntou se não há forma de resolver o problema.

O Presidente respondeu que há uma zona do Frade de Baixo que a Câmara coloca sempre como proposta de investimento no Plano Plurianual, que não tem sido contemplada, como muitas outras noutros concelhos. Explicou que nestes casos tem sido dado prioridade à extensão da rede a municípios que têm uma menor cobertura que Alpiarça e Almeirim, municípios com maior taxa de cobertura de água e saneamento e, nesse aspeto, ficam para fases posteriores. Realçou os investimentos que têm sido feitos nas ETAs de Alpiarça e Almeirim, para melhorar a qualidade da água. Referiu que, para dois mil e vinte e dois, há uma verba de setenta mil euros prevista para Alpiarça para renovação da rede, mas terá de se verificar se há possibilidade de colocar alguma verba para extensão nos locais mais prementes.

A Vereadora Sónia Sanfona fez uma pergunta relativamente à afetação das verbas para investimento, questionando se é o município que decide onde essas verbas são afetadas, tendo em conta que os montantes em termos de investimentos devem ser discutidos pelos vários municípios, havendo uma distribuição mais ou menos racional. A questão que colocou é se o



município tem alguma margem de manobra no montante que é atribuído para investimento para poder decidir para onde esse investimento deve ser prioritariamente canalizado.

O Presidente mencionou que a estrutura das “Águas do Ribatejo” olha para o território como um todo, sendo claro que depois cada um dos Presidentes de Câmara procura resolver, mesmo que informalmente, algumas situações mas, a preparação dos documentos previsionais e dos planos de investimento, trata-se de um trabalho conjunto, procurando-se resolver os problemas como um todo. Recordou o investimento que foi feito em Alpiarça nos primeiros anos, nos reservatórios de água, nos furos para captação de água, na construção de novos ramais de abastecimento e com a Estação de Tratamento de Águas. Concluiu dizendo que a definição mais global dos investimentos é, sobretudo, um trabalho técnico.

Relativamente à tarifa do saneamento, a Vereadora perguntou se faz sentido corresponder a uma solicitação da ERSAR para atualização de uma tarifa, que depois de repercutida na faturação fala-se apenas de cêntimos.

O Presidente disse que na faturação geral da empresa acaba por ter algum peso, ajudando a equilibrar a tarifa da água. Comentou que, por vontade dos Presidentes de Câmara não haveria nenhuns aumentos e que as suas propostas vão sempre no sentido de ver se é possível não haver aumentos. Considerou que nos últimos anos a empresa tem prestado um serviço razoável, reconhecendo que existem algumas críticas mas com uma evolução muito positiva e com aumentos residuais, verificando-se ainda que a sustentabilidade da empresa está assegurada, apresentando todos os anos resultados positivos que depois são reinvestidos.

Terminada a discussão do ponto, o Presidente colocou a Proposta de Tarifário para dois 2020, o Orçamento, o Plano Plurianual de Atividades e o Plano Plurianual de Investimentos para 2020, para ratificação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 08 – “Águas do Ribatejo” - Relatório de Gestão e Contas do 1º Semestre de 2019.

Município de Alpiarça/“Águas do Ribatejo”

Para Conhecimento:

O Presidente deu conhecimento à Câmara, de uma forma sucinta, o Relatório de Gestão e Contas do 1º Semestre de 2019, das “Águas do Ribatejo”, tecendo algumas considerações.

A Câmara tomou conhecimento.



Ponto 09 – Proposta de Apoio Financeiro à Associação APOIAR, destinado à reconstrução das hortas destruídas pelo ciclone IDAI, em Moçambique.

Município de Alpiarça/CIMLT

Para Deliberação:

O Vereador João Pedro Arraiolos apresentou a proposta e os seus objetivos, que vem na sequência de uma deliberação do Conselho Intermunicipal da CIMLT, aceite por todos os onze Presidentes. A Proposta reflete um apoio do Município de Alpiarça, no valor de seiscentos e noventa e seis euros e quarenta e dois cêntimos à Associação APOIAR, destinado à reconstrução das hortas destruídas pelo ciclone IDAI, em Moçambique.

Não havendo questões a colocar, o Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto 10 – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00 h do dia 19/10/2019 e termo às 02,00 h do dia 20/10/2019, para realização do evento “Festa dos 40”, a realizar na Reserva Natural do Cavalo Sorraia, em Alpiarça.

Requerente: Luís Miguel Gomes Sá Pereira

Para Ratificação:

O Presidente colocou à votação a ratificação da licença, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 11 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00 h do dia 31/10/2019 e termo às 04,00 h do dia 01/11/2019, para realização do evento “Noite de Halloween”, a realizar na Discoteca “Lago Azul”, na Rua Fernão de Magalhães, N.º 18, em Alpiarça.

Requerente: Rui Pedro Paninho

Para Deliberação:

O Presidente colocou a votação a emissão da Licença Especial de Ruído, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 12 – Alteração ao Loteamento N.º 5/1998 – Revogação da deliberação relativa ao pagamento de compensação.



Município de Alpiarça/Impact Reports, S. A.

Para Deliberação:

O presidente esclareceu que após a deliberação da Câmara relativamente ao pagamento de compensação devida, a empresa veio contestar a mesma, não concordando com o valor apresentado. Pedido um parecer jurídico sobre esta situação, verificou-se que havia alguma legitimidade da empresa e aponta para uma realidade que é o facto de, eventualmente, o promotor estar apenas sujeito ao pagamento de uma compensação pela falta de dez lugares de estacionamento, no lote. A presente proposta é que se mantenha a decisão de aprovação da alteração da licença de operação de loteamento nº 5/1998, conforme deliberado na reunião realizada a 3 de outubro de 2019, que seja revogada a decisão tomada na reunião de 3 de Outubro de 2019, relativa ao pagamento pelo promotor de uma compensação ao Município, no montante de 54.607,80 Euros e que seja aprovada a dispensa de previsão dos 10 lugares de estacionamento em falta dentro da área privada do lote, para apoio ao estabelecimento de comércio, mediante o pagamento da respetiva compensação no montante de 12.099,00 Euros.

A Vereadora Sónia Sanfona, referindo-se ao parecer jurídico apresentado, entende que o mesmo não é conclusivo e que este remete para a informação técnica e não o contrário, o que, apesar de tudo compreende.

O Presidente tem a mesma interpretação e disse que neste caso a questão seria considerar que não haveria mesmo nada a compensar ou, pelo contrário, aqueles dez lugares seriam passíveis de compensação. Assim, havendo algumas dúvidas e não pondo em causa o interesse do particular, havia também que salvaguardar o interesse público.

A Vereadora Sónia Sanfona acrescentou que a preocupação do parecer, que é o que deve estar subjacente, é encontrar uma forma de justificar a decisão sem prejuízo daquilo que é o interesse público. Disse ainda não conseguir retirar, em rigor, uma conclusão definitiva no parecer jurídico, mas encontra no mesmo uma reserva de boa fé, no sentido de dizer que não fica de todo desacomodado, com a solução que é agora proposta, o interesse municipal. Perguntou de seguida como se justifica a diferença apresentada em forma de cálculo, considerando que inicialmente tinha-se chegado a um valor e agora encontrou-se um valor diferente.

A Engenheira Carla Cunha respondeu a esta questão dando conhecimento que quando foi feita a análise do processo, tomou-se como base uma portaria para regular áreas de cedência para os



espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e arruamentos e também para o uso de comércio e, erradamente, foi interpretado que, não tendo o uso de comércio alusão clara ao estacionamento a integrar no domínio publico, esse estacionamento que iriam possuir seria todo a integrar no domínio publico e, por isso o cálculo inicial foi feito com base nos oitenta e dois lugares que a empresa deveria ter. Contudo, mediante a exposição que a Impact Reports, S. A. apresentou e na sequência do parecer jurídico entretanto solicitado, o cálculo foi reformulado em função dos dez lugares que não são garantidos no interior do lote.

A Vereadora Sónia Sanfona declarou que gosta de estar do lado das soluções, entendendo que estas questões devem ser feitas com algum rigor para ninguém ser colocado em causa em relação à defesa intransigente daquilo que o município deve reclamar. Considerou ainda que se a Câmara se sente confortável com esta solução, sustentada do ponto de vista jurídico no qual o interesse publico fica minimamente acautelado, não levanta problemas quanto a isso e não tem problema em votar favoravelmente a proposta.

A Doutora Carla Borba prestou também alguns esclarecimentos, recordando que a portaria no que respeita à habitação, ao uso coletivo ou outras valências refere sempre a área mínima, lugares mínimos que se presume dentro dos lotes e uma percentagem para cedência ao domínio publico obrigatoriamente. Na parte do comércio não tem, só faz referência a um determinado numero de lugares, tendo em conta os metros quadrados do estabelecimento.

O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, o seguinte: manter a decisão de aprovação da alteração da licença de operação de loteamento nº 5/1998, conforme deliberado em reunião realizada a 3 de outubro de 2019; revogar a decisão tomada na reunião de 3 de Outubro de 2019, relativa ao pagamento pelo promotor de uma compensação ao Município, no montante de 54.607,80 Euros; a dispensa de previsão dos 10 lugares de estacionamento em falta dentro da área privada do lote, para apoio ao estabelecimento de comércio, mediante o pagamento da respetiva compensação no montante de 12.099,00 Euros.

Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Municípes, dando inicio ao Período do Público.

PERÍODO DO PÚBLICO



Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e vinte e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.